

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Conselho Municipal de Imigrantes

27 de agosto de 2019

14:00-18:00

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Rua Líbero Badaró, 119

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMI

Presença de membros eleitos da sociedade civil

Sociedade civil		Suplentes	
Diack Samba (Associação Senegalesa de São Paulo – ASENSP)		Elisa Jung	
Diego Meriguetti (Cáritas)		Elissa Fortunato (Bibliaspa)	x
Isabel Torres (CAMI)		Keder Lafortune	x
Letícia Carvalho (Missão Paz)	x	Hortense Mbuyi Mwanza	
Nour Massoud	x	Jean Mulondayi (África do Coração)	x
Oriana Jara (Presença da América Latina - PAL)		Ngalula Lorenzo Freddy	
Tang Wei		René Barrientos	
Yoo Na Kim		Tanya Tshisuaka	

Presença de membros indicados do poder público

Secretarias		Suplentes	
SMDHC – Titular: Jennifer Alvarez	x	SMDHC – Suplente: Erika Lipa	
SMPR – Titular: Helio de Oliveira	x	SMPR – Suplente: Denise Aparecida Bonifácio	
SMC – Titular: Natália Silva Cunha		SMC – Suplente: Benvenuti de Andrade	
SMDE – Titular: Claudete Dias da Silva	x	SMDE – Suplente: Luciana Gandelman	
SMADS – Titular: Maria Luiza Mancini do Nascimento	x	SMADS – Suplente: Silvia Helena Maschesan	
SME – Titular: Maria Alice Zimmermann		SME – Suplente: Elayne Fernandes Pinheiro	
SEHAB – Titular: Suelma Inês Alves de Deus	x	SEHAB – Suplente: Maria do Carmo Hueso Morales	
SMS – Titular: Breno Souza de Aguiar		SMS – Suplente: Lucia Helena da Silva	

Participantes e observadores:

Jenni de la Rosa, Miguel Martinez, João Chaves (DPU), Silvia Sander (ACNUR), Abdulbaset (África do Coração), Yanick Delass, Bryan Rodas (SMDHC), Ana León (SMDHC).

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Pautas:

- Informes da Comissão Organizadora sobre as pré-conferências
- Campanha contra a Xenofobia – Jarina Filmes
- Atualizações sobre PL 1928/19 e Portaria Nº 666
- Eleição Presidência do Conselho Municipal de Imigrantes

Discussão:

Sra. Nour iniciou a reunião indicando o quórum da reunião

- **Aprovação das ata da 20ª reunião ordinária (16/07)**

Sra. Nour indicou a leitura da ata da reunião ordinária do dia 16 de julho de 2019.

Sra. Bryan realizou a leitura da ata.

Sra. Jenni de la Rosa corrigiu a sua declaração na ata anterior

Realizaram-se apenas apontamento ortográficos.

Sra. Nour colocou para aprovação do plenário a ata que foi revisada.

O plenário aprovou por unanimidade a ata da 20 reunião ordinária.

- **Introdução de pauta**

Sra. Jenni de la rosa solicitou a inclusão da pauta sobre as ações da operação comercio legal no Brás. Destacou a importância que o tema seja debatido no CMI. Ainda afirmou que o cadastro não está aberto para várias regiões da cidade, incluindo o Brás.

Sra. Jennifer sugeriu que se adicione a pauta nas matérias do dia e que caso tenha tempo hábil se discuta ainda nesta reunião. Ainda apontou que caso o plenário veja o tema como importante pode ser dar prioridade.

Sra. Jennifer indicou que o poder público municipal está realizando diversas ações visando a inserção da população imigrantes que passaram pelo comercio legal.

Sra. Jenni de la Rosa expressou a preocupação de que as ações desenvolvidas pelo poder público são de médio e longo prazo, sendo que a demandas das população imigrante impedida de exercer comercio é imediata.

Sra. Jennifer indicou o contrário, afirmou que há ações que incidem imediatamente nas necessidades dos imigrantes afetados pela ação comercio legal.

Sra. Jennifer solicitou à Sra. Jenni de la Rosa que aponte o tema de pauta.

Sra. Jenni de la Rosa indicou o tema “comercio ambulante”

Sra. Suelma indicou que o problema é complexo e demanda uma maior articulação e debate.

Sra. Nour indicou que se siga com as pautas já definidas.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Ana sugeriu que se prossiga com as pautas da reunião ordinária e que se aborde essa pauta caso tenha tempo hábil.

Sra. Nour declarou que se deva fazer uma reunião extraordinária para debater o tema, dado a importância e urgência do tema, pois se trata de ações que estão ocorrendo atualmente.

Sra. Jean sugeriu que essa pauta seja debatida ainda nesta reunião, com urgência, dada as reclamações que tem chegado na sociedade civil sobre a ação comercio legal.

Sra. Leticia indicou a recorrência desse tema nos debates.

Sra. Jenni de la Rosa indicou a urgência dessa pauta.

Sra. Nour indicou que será abordada o tema e delimitou o tempo de debate para as pautas.

- Comercio ambulante

Sra. Jennifer indicou que a ação comercio legal vem sendo realizada desde 2018 e que a SMDHC vem realizando atendimento e acompanhando a ação desde 2018, para dar suporte aos imigrantes da região. Os serviços que estão oferecendo à população há serviços da CRAS (SMADS); CATE, ADESAMP e XXX (SMDDET) encaminhando para vagas de emprego, orientações de como regularizar o MEI, profissionalização de nível técnico; CRAI, atendimento voltado para imigrantes, Ouvidoria (SMDHC). Apontou que a ouvidoria está presente para o recebimentos de diversas demanda, incluso queixas e denúncias para encaminhamentos aos órgãos devidos.

Sra. Jenni de La Rosa indicou que a indicação das atividades realizadas indicadas pela Sra. Jennifer não é o foco da pauta.

Sra. Jenni de La Rosa apontou que a pauta deve se centrar nos problemas de formação de máfia centradas no comercio da região.

Sra. Jennifer indicou que as ações do poder público contemplam essa preocupação.

Sra. Jennifer apontou o conhecimento de investigações que vem sendo feitas em relação a aliciamento na região.

Sra. Jennifer ainda apontou que a SMDDET com a SMDHC está organizando uma feira para imigrantes.

Sra. Jennifer apontou a existência do GT Migra, com propostas de políticas para geração de emprego, como a emissão de CTPS e emissão de MEI para imigrantes

Sra. Jenni de La Rosa apontou que grande população que trabalham na região do lago da concordia, não são englobados pelas ações. Apontou que as dinâmicas da sociedade imigrante da região não são compreendidas pelo poder público, sendo assim as atividades realizadas pelo poder público se tornam assimétricas com o funcionamento da população imigrante.

Sra. Jenni de La Rosa apontou que o não entendimento dos serviços ofertados para a população imigrante do poder público sobre a dinâmica da pop imigrante, não são eficazes.

Sra. Jenni de La Rosa indicou que se façam ações pensando nas dinâmicas da população imigrantes, para que suas ações façam sentidos às dinâmicas dessa população.

Sr. Jean apontou que as ações de empreendedorismo para imigrantes do poder público municipal estão dificultando a inclusão dos imigrantes na cidade. Ainda, afirmou que embora se

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

forme imigrantes empreendedores não há espaço e condições para colocar em práticas seus empreendimentos.

Sra. Jean frisou que o CMI deve deixar explícito o não contentamento com as ações comércio legal. Seguindo, indicou que o tema é recorrente desde novembro de 2018 e isso necessita de uma posição do CMI frente às ações.

Sra. Jean sugeriu que se faça uma avaliação dos documentos de licença de venda dos imigrantes.

Sra. Nour perguntou qual é o documento.

Sr. Jean apontou que é o Termo de Licença de Uso.

Sra. Jenni de La Rosa solicitou que o CMI solicite aos órgãos responsáveis o paro das ações que estão sendo realizadas nos últimos dias. Ainda, sugeriu que se faça um monitoramento dos comerciantes presentes na reunião e que se permita durante o período do monitoramento o comércio, a impossibilidade de impedimento vulnerabiliza mais as pessoas.

Sra. Claudete indicou que o problema de comércio ambulante é um problema histórico. Sugeriu que o CMI faça uma moção de repúdio às ações truculentas que estão sendo realizadas pela PM na região.

Sra. Jenni de La Rosa frisou a importância de formular-se esse documento e colocar aos órgãos responsáveis pela ações comércio legal as questões problemáticas.

Sr. Jean sugeriu que se faça uma carta de denúncia contra a prefeitura, pela sua compreensão, já que as ações expressam xenofobia com todo um grupo ali presente.

Sra. Suelma sugeriu que os membros do CMI sensibilizem os imigrantes sobre as ações que estão sendo realizadas e sobre os serviços oferecidos pela prefeitura, além da emissão de uma moção pelo CMI.

Sra. Nour indicou a importância de se compreender como o processo da ação está sendo desenvolvida. Pela sua percepção, apontou que os imigrantes ali presentes desconhecem o processo que irão passar, desta maneira colocou como importante informar essas pessoas sobre como são realizadas essas operações.

Sr. Miguel apontou que o assunto passa por um processo de máfia. Sugeriu que o CMI encaminhe a sua preocupação aos órgãos que tem poder de tomar decisões e evitar a incidência dessas máfias na região. O problema não é o imigrante, a maioria dos vendedores ambulantes é brasileira. O conselho está para conversar com as autoridades lá acima.

O Sr. Keder disse que uma conferência é importante, no entanto, a discussão sobre a questão de comércio ambulante de imigrantes é de suma importância. Apontou que o comércio ambulante é o meio renda de muitos imigrantes, nesse sentido há a necessidade de procurar órgãos de poder de decisão para refletir sobre o tema. Deve-se procurar uma saída para garantir os meios de existência para os imigrantes, de maneira a não vulnerabilizar ainda mais suas condições de existência na cidade.

Sra. Leticia perguntou se as ações ocasionaram a retirada de mercadorias. Perguntou quais são as possibilidades das Defensorias, podendo o CMI recorrer a elas. Em relação a moção de repúdio, apontou que todas as organizações da sociedade civil se expressem e que o CMI dissemine o documento.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Jean apontou que o CMI tem competência de emitir uma monção de forma única.

Sra. Leticia apontou que conhece essa capacidade, mas indicou que a circulação e adesão da monção de repúdio pelas OSC fortalece o posicionamento.

Sra. Leticia sugeriu encaminhamentos provenientes desta pauta.

Sra. DPU sugeriu que, além das monções de repúdio, coloquem-se quais são os problemas das ações e que se encaminhe aos núcleos de direitos humanos da DPE e da DPU. Indicou que o próprio conselho faça a emissão dessas informações.

Sra. Tatiana indicou que o documento a ser emitido à DPE e DPU tenha um viés solicitando uma investigação sobre o ferimento dos direitos humanos nas ações de comercio legal.

Sra. Jenni de la Rosa indicou a importância que os órgãos responsáveis procurem os imigrantes e seus representantes para informar sobre as ações que serão realizadas.

Sra. Jenni de La Rosa apontou que há a importância que os órgãos do poder público procurem iniciativas com um viés de garantia de direitos humanos.

Sra. Silvia (ACNUR) dados sua experiência com o tema em MG, indicou que a presença do MPF, Promotoria da Justiça que trata do Patrimônio Público, Promotoria de Direitos Humanos (MPF), sugeriu que o CMI chame esses atores para procurar saídas para ações de promoção do direito ao trabalho.

Sra. Tatiana indicou que além das possíveis posições da DPU, DPE, MPF sejam complementadas com a mobilização da comunidade migrante.

Sr. João sugeriu que o CMI, por meio da LAi, seja solicitado os documentos que encontram o planejamento dessas ações. Além disso, sugeriu que se procure o órgão responsável pelas ações. Ainda, sugeriu que pode solicitar uma audiência pública com presença de diversos atores envolvidos na questão.

Sra. Tatiana indicou que na audiência pública é possível colocar uma carta de orientação, emitidas pelos interessados, sugerindo mudanças nas formas que as ações estão sendo colocadas em práticas.

Sr. Jean sugeriu que o CMI faça uma carta, expressando o descontentamento. Fazer uma audiência pública sobre as ações da ação comercio legal.

Sra. Nour perguntou se está aberto as TLU nas subprefeituras.

Sr. Hélio indicou que estão parcialmente em aberto.

Sra. Claudete indicou que depende do território que se solicite a TLU.

Sra. Nour sugeriu que se faça a emissão:

- Ofício destinado à DPU e DPE
- Ofício destinado ao MPF

Sra. Jennifer sugeriu que se solicite uma reunião com a Secr. Da Subprefeituras, com ajuda da articulação do Sr. Helio. Ainda, que se faça solicitação das informações, via LAI ou pela CPMigtD, sobre a politica pública voltada sobre o comercio ambulante.

Sra. Nour sugeriu que se faça o envio de ofícios pelo conselho:

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Jennifer indicou a importância de saber a quem solicitar as informações sobre a política que incide na questão de comércio ambulante.

Sr. Helio sugeriu que o CMI procure compreender a política migratória municipal que incide no tema. Ainda, afirmou que se procure o chefe de gabinete do prefeito para saber mais sobre a política.

Sra. Helio indicou que talvez o processo de planejamento e decisão da ação comércio legal não tenha previsto os efeitos sobre a população imigrante.

Sra. Helio sugeriu que a SMSUB e SMDHC entrem em ciência sobre as ações de comércio legal, para, a partir disso, procurar saídas.

Sra. Jennifer indicou que a PMPI não debruce sobre o tema de comércio ambulante. Desta maneira, sugeriu que se encontre com o órgão responsável da SMSUB para debater sobre o tema.

Sra. Jennifer indicou que a operação comércio legal é diferente do programa tô legal. Esse último busca inserir a população no comércio regular na cidade, buscando descentralizar o comércio e a emissão de TPUS.

Sra. Jennifer sugeriu que seja realizada uma reunião, para compreender em termos gerais o panorama geral do comércio ambulante na cidade. Essa reunião seria convocada pelo CMI com o órgão responsável acerca do comércio ambulante na cidade.

Sra. Jennifer perguntou que estaria disposto a participar da reunião: Africa do Coração (Jean); BIBLIASPA (Elissa) expressaram interesse. Ficou aberto para que os membros participem

Sra. Jenni de la Rosa apontou que se peça imediatamente pelo CMI a interrupção da operação comércio legal, para assim se fazer a reunião.

Sra. Jennifer apontou que há a possibilidade de realizar denúncia sobre a operação comércio legal na ouvidoria da SMDHC, tanto na secretaria e nos serviços que estão sendo oferecidos na região da concordia.

- Foi tido como encaminhamentos:

Foi concordada que o CMI solicitará a realização de uma reunião entre o CMI, pela SMDHC junto à SMSUB, com o órgão responsável do comércio ambulante na cidade. A resposta se daria na próxima reunião ordinária.

Foi concordado que o Sr. Jean realizara a nota de repúdio para ser enviado ao CMI e esse enviará para contribuições.

Foi concordado que o CMI, por meio da Sra. Leticia em cooperação com a Sra. Jenni de la Rosa, realizaria a elaboração de um ofício de denúncia sobre a operação comércio legal a ser enviados aos DPU e DPE, com a finalidade de iniciar procedimentos cabíveis sobre as ações que estão sendo deflagradas. Será enviada de forma urgente, sem depender dos resultados da reunião que será feita. A Secretaria Executiva se encarrega em encaminhar aos membros e monitorar as contribuições e emití-la pela presidência da CMI.

- **Informes da COM sobre as pré-conferências – 15 min**

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Jennifer informou que foram realizadas as pré-conferências na ZN e ZS. Indicou os dados de participação dos encontros. Apontou que foram 5 propostas por 8 eixos. Sra. Jennifer afirmou a possibilidade de compartilhamento com os membros os dados.

Sra. Jennifer afirmou que proveniente do eixo do trabalho, surgiu 5 propostas.

Sra. Jennifer afirmou que como aprendizado, resultou na necessidade de formação dos coordenadores e facilitadores.

Sra. Jennifer indicou que será realizada uma reunião da COM, visando alinhar os passos para as próximas pré-conferências.

Sra. Elissa solicitou informações sobre voluntariado.

Sra. Jennifer afirmou que será enviada outra convocatória para voluntária e que será realizada outra formação.

Sra. Elissa solicitou quais foram os pontos positivos e negativos.

Sra. Elissa indagou se a questão de idioma foi um problema.

Sra. Jennifer apontou que houve necessidade de tradução, os quais se centraram nas línguas de inglês, crioulo, francês, espanhol.

Sra. Jennifer informou que a abertura foram realizada em diversas línguas.

Sra. Ana instigou os membros do CMI que fazem parte da COM para que estejam presentes nas próximas pré-conferências.

Sra. Ana apontou que o processo de desenvolvimento dessas pré-conferências é um processo de aprendizagem e aprimoramento.

Sra. Jennifer apontou as próximas 14 e 15 de setembro.

Sra. Jennifer apontou a expectativa de maior presença nas próximas.

Sra. Sílvia indagou se há divulgação das conferências livres.

Sra. Ana informou que estão sendo divulgadas pelas redes e através de divulgação em vários locais e equipamentos.

Sra. Ana e Sra. Jennifer apontou que já foram realizadas 5 conferências livres até o momento (27/08).

Sra. Jennifer apontou que serão enviadas via e-mail às informações.

Sr. Jean questionou qual é a data das Conferências Livres.

Sra. Jennifer apontou a realização de uma Conferência Livre no momento (27/08), a qual não informou a COM, desta forma terá a necessidade de diálogo.

Sr. CEMIR indicou que a conferência será realizada no dia 8/9.

Sra. Sílvia apontou as conferências livres que serão promovidas pela ACNUR, apontou que enviara a inscrição para a COM.

- **Eleições presidência do CMI –**

Para início da pauta foi feita a avaliação dos membros com poder de voto: Foi contabilizado 9 membros com poder de voto, dando possibilidade de início da pauta

Sra. Nour expressou seus agradecimentos pela oportunidade de ocupar a presidência do CMI durante o período.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Nour abriu aos membros do plenário para os interessados em candidatar-se ao cargo se pronunciem.

Sr. Keder indagou se o definido na pauta será a eleição dos membros.

Sra. Jennifer esclareceu que os conselheiros eleitos indicados pelo poder público em 2018 será mantido até 2010. Apontou que o tratado na presente pauta é quem ocupara a presidência, a qual encerra a primeira presidência em agosto/2019.

Sra. Jennifer ainda apontou que a cadeira tem como fundamento a entre poder publico e sociedade civil, desta forma, a presente eleição seria entre membros do poder público.

Sra, Suelma apontou a pouca presença dos membros do poder público, sendo problemático já que a cadeira seria destinada para esses membros.

Sra, Jennifer apontou que há quórum para votação.

Sra. Suelma perguntou se alguém expressou o interesse em concorrer à cadeira.

Sra. Jennifer apontou que a CPMigTD expressa seu interesse.

Sra. Elissa perguntou se houve um chamamento aos membros do poder público para se candidatarem.

Sra. Jennifer apontou que não houve esse chamamento.

Sra. Leticia apontou a importância de chamamento dos membros do poder público, para que os interessados expressem o desejo de concorrer ao cargo, caso desejem.

Sra. Nour afirmou que as informações estavam presentes, que foi indicada a pauta.

Perguntou

Sra. Ana afirmou que, pelo regimento, apenas podem candidatar os titulares. Na presente reunião estão presentes 5 representantes do poder público, havendo 5 ausentes, esses últimos deveriam ser notificados sobre a abertura de candidatura.

Sra. Jennifer afirmou que se pode colocar para votação na presente reunião, se assim o plenário desejar, ou abrir uma semana para expressão dos interessados em candidatar-se, sendo a votação levada para a próxima reunião.

Sr. Jean expressou que não há necessidade de adiamento da votação.

Sra. Leticia afirmou que é importante que se abra a possibilidade de candidatura para outros membros, estendendo assim o período para indicar seu interesse, de maneira a engajar outras secretarias membros com o tema.

Sra. Jennifer e Sra. Nour colocaram para votação:

- Será votado na presente reunião o próximo presidente, dentro dos membros do poder público.

Resultado: 6 votos contra a votação ; 1 voto à favor ; 2 abstenções

Sra. Jenni de La Rosa apontou que as candidaturas sejam abertas para as outras secretarias. Afirmou que é de interesse da comunidade imigrante que o posto seja ocupado por outras secretarias, para que assim tenha a possibilidade de escuta das demandas por outras secretarias do poder público, além da SMDHC/CPMigTD.

Sra. Jennifer apontou que a Secretaria Executiva enviara e-mail às secretarias tratando sobre a eleições da presidência e abrindo para candidatura dos interessados até o dia 30/08. Dando um período para manifestação de 15 dias.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

- **Campanha contra xenofobia – 20 min**

Sra. Elissa solicitou o compartilhamento dos materiais.

Sra. Nour apontou que está em definição com quem se fará os vídeos da campanha.

Sra Nour informou que o Sr. Gustavo sugeriu que se faça vídeos em diferentes regiões, como 5 vídeos para Curitiba, 5 vídeos para Brasília.

Sra. Ana informou que o Sr. Gustavo apontou que

Sra. Jennifer apresentou os pontos de distanciamento entre o definido entre a produtora com o CMI, sendo esses: que a campanha será apresentada com outro nome, além disso que se desvinculara apenas da cidade de São Paulo; não menciona a iniciativa do CMI; o escopo de produtos a serem reduzidos distancia-se do definido pelo CMI; A produtora coloca-se como única realizadora, indo de encontro ao definido pelo CMI que a realizadora seria entre a produtora e os CMI.

Sra. Leticia apontou que se deve levar em conta que a campanha busca trazer o escopo do conselho, mas que o projeto teve que ampliar-se e modificar-se para dar viabilidade financeira a produção dos materiais, tendo que modificar alguns pontos do desenho do projeto.

Sr. Leticia afirmou a necessidade de ampliação para um nível nacional deu-se devido à solicitação dos financiadores.

Sra. Leticia apontou que, pela ausência dos responsáveis, não se deve fazer nenhuma deliberação. Sugeriu que se escute os produtores sobre o processo de construção e modificação do projeto, para que a partir disso o CMI optar por continuar pelo apoio, ou não.

Sr. Yannick Delass indagou se os atores seriam imigrantes ou brasileiros.

Foi apontado que seriam imigrantes.

Sr. Yannick Delass viu essa questão como problemática, entende que a colocação das histórias por imigrantes pode ser percebida como vitimização, sendo assim, atores brasileiros seriam mais apropriados para transmitir às ideias.

Sra. Nour apontou entende o ponto do Sr. Yannick, mas que é importante que as histórias sejam contadas por imigrantes.

Sra. Jennifer afirmou que há necessidade de transparência entre as definições para o projeto, tendo em vista que da forma que foi colocada deu à entender que o projeto seria definido pelo CMI. Desta maneira, se a indicação da participação do CMI no desenho final do projeto seja apenas como apoiador e não realizador é problemática.

Sra. Nour apontou a realização da articulação que o CMI realizou com a ACNUR, intermediando institucionalmente com essa organização, para com a Jarina Films. Desta maneira, o CMI já apresentou como articulador e realizador de forma institucional.

Sra. Jenni de la Rosa indagou qual é o público foco da campanha.

Sra. Leticia que essa indagação deve ser explicada pela Jarina Films.

Sra. Leticia sugeriu que se convoque a Jarina Films para dar esclarecimentos do desenho do projeto, para assim o CMI indicar a continuação com o apoio, caso assim desejar.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sr. Abdulbaset em relação ao vídeo da campanha leve-se em conta pessoas famosas para dar viabilizada.

Sr. Abdulbaset indagou como cativar outras organizações para se façam presentes nas reuniões.

Sra. Jennifer esclareceu que caso as instituições se interessem em apresentar suas atividades ao CMI, pode ser realizado o convite. No entanto, não há possibilidade que essas entrem no CMI como membros.

Sra. Jenni de La Rosa posicionou-se contra que essas organizações apresentem suas atividades na CMI, tendo em vista que o ambiente do CMI é de debate político e não de promoção de atividades das organizações.

Sra. Abdulbaset apontou que a apresentação das instituições não é no sentido de promoção das instituições, mas para que participem da reunião.

Sra. Leticia disse que é importante a maior divulgação das datas das reuniões e que as demandas para pautas de reuniões, por parte de outras instituições, sejam enviadas pelos conselheiros. Frisou a característica aberta das reuniões, desta maneira não há necessidade de um convite formal.

Sr. Jean solicitou que se façam a divulgação da reuniões por facebook.

Foi apontado que já é realizado.

Sra. Jean apontou que a participação de outras instituições nas reuniões é importante para ir mobilizando a comunidade imigrante.

Sra. Leticia deu continuidade a pauta apresentando o primeiro vídeo produzido pela projeto.

Sra. Jennifer, em relação ao material, indicou que há poucos membros para deliberação de alguma questão e há a necessidade da presença dos agentes do Jarina Films.

Sra. Jenni de La Rosa indagou se o CMI esta financiado o projeto.

Sra. Jennifer apontou que a iniciativa de uma campanha contra a xenofobia era uma iniciativa precedente no CMI, a condução de um projeto pela Jarina Films deu-se após. O apoio do conselho é de forma conceptiva e de iniciativa.

Sra. Jenni de La Rosa indagou novamente se o CMI era financiador do projeto da Jarina Films.

Sra. Jennifer indicou que o apoio da CMI não é financeiro, mas sim como idealizador.

Sra. Leticia destacou que a iniciativa origina-se de esforços do CMI.

Sra. Elissa ponderou que é necessária a presença da Jarina Films para apresentar suas justificativas das mudanças realizadas.

Sra. Jennifer disse que há a participação do GT Comunicação do CMI com a concepção e produção da campanha. Dado isso, deve-se haver um alinhamento das informações e ver se ainda é de interesse do CMI em continuar com seu apoio.

Sra. Tatiana colocou como proveitoso, caso assim o CMI desejar, que o CMI continue com o apoio mesmo aparecendo apenas como apoiador e não como realizador, tendo em vista a visibilização do CMI em nível nacional que poderia acarretar.

Sra. Jennifer colocou que algumas ações de implementação do projeto pela Jarina Films não dialogam com o combinado com o CMI. Desta maneira, vê como necessária o esclarecimentos das mudanças pela Jarina Films, para a partir disso o CMI decidir os rumos de seu apoio para o projeto.



Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Elissa e Sra. Tatiana indicaram que o vídeo apresentado teve um bom resultado.

Sra. Leticia apontou que há necessidade de comunicar a Jarina Films sobre as dúvidas surgidas sobre o novo desenho do projeto, para que eles venham apresentar seus esclarecimentos de forma bem colocada.

Sra. Jenni de La Rosa solicitou sugerir uma matéria para pauta.

Sra. Jennifer informou que pode ser colocada a sugestão, mas que só será decidida sua inclusão na próxima reunião, devido à falta de quórum.

Sra. Jenni de La Rosa sugeriu que seja colocada como pauta para uma futura reunião, que as reuniões sejam realizadas de forma itinerante.

Sra. Leticia apontou que já foram realizadas tentativas sobre reuniões itinerantes, no entanto não tiveram bom resultado.

Sra. Jenni de La Rosa apontou que talvez se deva iniciar uma nova tentativa de realizar as reuniões itinerantes.

Sr. Abdulbaset sugeriu matéria de pauta: Apoio do CMI para a copa de refugiados.

- **Atualizações sobre PL – 15/20 min**

Por falta de tempo hábil para tratar da pauta, a mesma foi adiada.

Foi definido pelo plenário o dia 24/09 para realização da próxima reunião.

Sra. Jennifer deu como encerrada a reunião.